



Anuário Brasileiro
de Segurança Pública 2024

Parte 5

Segurança privada

302   Sumário

TABELA 68

Quantidade de vigilantes com vínculos ativos

Brasil e Regiões - 2021-2024 ⁽¹⁾

Brasil e Regiões	Vigilantes											
	2021			2022			2023			2024		
	Especializadas	Orgânicas	Total	Especializadas	Orgânicas	Total	Especializadas	Orgânicas	Total	Especializadas	Orgânicas	Total
Brasil	502.318	23.790	526.108	471.116	24.873	495.989	464.060	21.013	485.073	505.862	24.332	530.194
Região Centro-Oeste	50.182	1.898	52.080	49.502	1.876	51.378	48.062	1.622	49.684	53.615	1.952	55.567
Região Nordeste	98.802	5.362	104.164	98.136	5.967	104.103	98.377	5.026	103.403	105.116	5.829	110.945
Região Norte	34.068	1.119	35.187	33.468	1.262	34.730	35.921	1.105	37.026	39.184	1.269	40.453
Região Sudeste	243.633	12.392	256.025	222.451	12.694	235.145	213.946	10.575	224.521	233.235	12.123	245.358
Região Sul	75.633	3.019	78.652	67.559	3.074	70.633	67.754	2.685	70.439	74.712	3.159	77.870

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Para os anos de 2021 e 2022, os dados correspondem ao mês de março de cada ano. Para 2023, os dados se referem ao mês de junho. Para 2024, a posição dos dados é o mês de maio.

TABELA 69

Perfil dos vigilantes

Brasil - 2016-2022

Perfil	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Gênero							
Masculino	521.464	484.188	497.734	494.299	490.531	490.100	519.397
Feminino	69.431	63.829	65.290	66.264	66.269	69.627	77.739
Total	590.895	548.017	563.024	560.563	556.800	559.727	597.136

Escolaridade							
Médio Incompleto	165.498	144.007	139.604	129.508	119.145	108.966	107.347
Médio Completo	404.032	382.988	401.043	407.844	413.480	425.291	462.311
Superior Incompleto	8.847	7.849	8.400	8.319	8.525	8.800	9.334
Superior Completo	12.518	13.173	13.977	14.892	15.650	16.670	18.144
Total	590.895	548.017	563.024	560.563	556.800	559.727	597.136

Faixa etária							
Até 29 anos	98.577	81.985	76.861	69.996	64.125	62.747	65.700
Entre 30 e 39 anos	233.968	213.024	216.468	208.682	201.116	192.900	193.635
Entre 40 e 49 anos	171.512	165.075	174.654	179.788	185.951	193.500	212.236
Acima de 50 anos	86.838	87.932	95.041	102.097	105.608	110.580	125.565
Sem informação	-	1	-	-	-	-	-
Total	590.895	548.017	563.024	560.563	556.800	559.727	597.136

Tipo de admissão							
Não Admitido Ano	457.526	420.448	408.248	434.663	437.209	416.811	438.195
Primeiro Emprego	6.173	4.434	5.257	7.714	6.492	7.292	-
Reemprego	120.867	113.672	123.505	113.781	109.770	131.076	150.397
Transferência com Ônus	527	671	587	141	252	2.720	-
Transferência sem Ônus	5.681	8.690	25.265	4.246	2.978	1.734	8.544
Reintegração	121	102	162	18	99	94	-
Total	590.895	548.017	563.024	560.563	556.800	559.727	597.136

Motivo do desligamento							
Não Desligado Ano	589.687	546.599	561.810	560.556	556.800	559.726	597.136
Demissão sem Justa Causa	-	-	-	3	-	-	-
Desligamento sem Justa Causa	-	-	-	-	-	-	-
Transferência sem Ônus	-	-	-	2	-	-	-
Aposentadoria TS SRES	965	1.051	935	-	-	1	-
Aposentadoria ID SRES	27	36	33	1	-	-	-
Aposentadoria Esp SRE	216	331	246	1	-	-	-
Total	590.895	548.017	563.024	560.563	556.800	559.727	597.136

Região							
Norte	37.211	31.007	34.593	35.340	36.732	38.649	43.744
Nordeste	120.193	108.740	114.648	111.642	113.864	113.973	121.068
Centro-Oeste	55.547	53.096	56.322	54.930	55.458	56.793	60.983
Sudeste	289.364	271.138	273.721	275.025	267.887	266.025	281.900
Sul	88.580	84.036	83.740	83.626	82.859	84.287	89.441
Total	590.895	548.017	563.024	560.563	556.800	559.727	597.136

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS); Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

Obs: Foram consideradas as CNAE's Atividades de vigilância e segurança privada e Atividades de transporte de valores.

TABELA 70

Bases salariais dos vigilantes
Brasil, Regiões e Unidades da Federação - 2018-2023

Em R\$ ⁽¹⁾

Brasil, Regiões e UFs	Bases salariais dos vigilantes						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Brasil	1.364,49	1.410,98	1.456,33	1.528,52	1.676,18	1.778,36	1.758,74
Região Norte	1.250,08	1.295,10	1.357,03	1.416,20	1.535,31	1.620,57	1.691,49
Acre	1.111,84	1.155,65	1.200,95	1.275,64	1.413,41	1.490,72	1.548,26
Amapá ⁽²⁾	1.516,64	1.622,82	1.663,39	1.703,96	1.703,96	1.703,96	1.703,96
Amazonas	1.190,37	1.246,32	1.305,00	1.372,86	1.512,34	1.603,08	1.680,00
Pará	1.308,80	1.355,39	1.401,07	1.473,93	1.606,58	1.702,50	1.770,60
Rondônia	1.221,72	1.173,76	1.351,28	1.351,28	1.497,21	1.601,57	1.695,43
Roraima	1.005,05	1.045,25	1.045,25	1.120,00	1.233,79	1.330,00	1.440,00
Tocantins	1.396,17	1.466,54	1.532,24	1.615,75	1.779,91	1.912,15	2.002,21
Região Nordeste	1.137,29	1.177,24	1.210,58	1.274,14	1.418,56	1.512,44	1.600,30
Alagoas	1.033,04	1.073,33	1.121,42	1.183,53	1.303,68	1.406,89	1.504,95
Bahia	1.084,00	1.084,00	1.084,00	1.084,00	1.268,74	1.374,81	1.471,22
Ceará	1.242,72	1.285,31	1.342,92	1.416,10	1.558,57	1.651,00	1.727,27
Maranhão	1.109,61	1.149,22	1.183,70	1.249,16	1.381,57	1.438,21	1.493,15
Paraíba	1.007,69	1.058,07	1.058,07	1.100,71	1.262,00	1.375,58	1.485,63
Pernambuco	1.132,15	1.182,08	1.235,04	1.302,35	1.434,67	1.520,75	1.595,74
Piauí	1.215,35	1.257,88	1.314,23	1.385,87	1.526,67	1.617,21	1.678,99
Rio Grande do Norte	1.324,49	1.377,47	1.377,47	1.508,33	1.668,21	1.763,46	1.858,00
Sergipe	1.086,53	1.127,81	1.178,33	1.237,25	1.362,95	1.464,08	1.587,73
Região Centro-Oeste	1.459,68	1.516,21	1.562,42	1.632,79	1.789,55	1.905,21	1.991,17
Distrito Federal	2.054,09	2.124,65	2.192,65	2.258,43	2.450,40	2.593,73	2.723,41
Goiás	1.361,54	1.408,24	1.471,33	1.541,51	1.690,00	1.825,00	1.894,72
Mato Grosso	1.153,65	1.199,80	1.253,56	1.316,23	1.449,95	1.548,50	1.612,61
Mato Grosso do Sul	1.269,44	1.332,15	1.332,15	1.415,00	1.567,83	1.653,59	1.733,93
Região Sudeste	1.469,63	1.523,02	1.563,42	1.639,79	1.804,43	1.909,80	1.987,28
Espírito Santo	1.344,15	1.394,82	1.429,69	1.511,50	1.647,54	1.735,47	1.787,53
Minas Gerais	1.642,93	1.699,28	1.775,41	1.872,18	2.062,39	2.185,52	2.286,48
Rio de Janeiro	1.404,52	1.450,87	1.450,87	1.508,90	1.662,21	1.763,76	1.829,20
São Paulo	1.486,90	1.547,12	1.597,71	1.666,57	1.845,56	1.954,45	2.045,92
Região Sul	1.505,79	1.543,35	1.588,21	1.679,65	1.833,08	1.943,80	1.776,34
Paraná	1.677,00	1.736,87	1.811,56	1.915,36	2.070,00	2.188,20	1.485,63
Rio Grande do Sul	1.447,60	1.500,40	1.500,40	1.590,60	1.764,40	1.883,20	1.977,80
Santa Catarina	1.392,77	1.392,77	1.452,66	1.532,99	1.664,83	1.760,00	1.865,60

Fonte: Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Para as Regiões e o Brasil foram consideradas as médias salariais dos Estados.

(2) O Amapá não divulgou as informações atualizadas, de modo que os dados de 2023 e 2024 se referem ao ano de 2022.

TABELA 71

Cursos e Aperfeiçoamento de Vigilantes

Brasil, Regiões e Unidades da Federação - 2022-2024⁽¹⁾

Brasil, Regiões e UFs	Número de Escolas			Vigilantes com cursos ativos ⁽²⁾			Vigilantes com cursos vencidos			Vigilantes com cursos afastados		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024
Brasil	300	328	356	787.914	775.640	799.117	2.320.522	2.395.523	2.516.674	36.771	41.558	42.676
Região Norte	30	34	36	65.382	66.015	69.400	195.706	201.518	207.799	2.162	2.313	2.466
Acre	3	3	3	3.422	3.964	4.677	10.594	10.698	11.119	108	102	124
Amapá	3	3	4	4.693	4.528	4.785	18.342	18.883	19.332	96	99	97
Amazonas	4	4	4	14.139	13.963	14.674	52.905	54.060	55.425	865	899	1.010
Pará	14	14	15	28.126	27.613	28.571	73.782	76.726	81.192	653	734	727
Rondônia	3	4	4	10.032	10.220	10.256	23.329	24.146	22.969	259	290	299
Roraima	2	3	3	1.564	2.087	2.225	3.597	3.669	4.053	60	65	71
Tocantins	1	3	3	3.406	3.640	4.212	13.157	13.336	13.709	121	124	138
Região Nordeste	71	79	84	171.848	171.985	175.988	578.679	592.180	621.118	6.788	7.496	7.745
Alagoas	4	4	5	8.943	8.672	8.443	35.877	37.033	38.903	494	532	521
Bahia	20	23	24	46.339	46.483	47.551	175.328	179.242	186.743	1.748	2.047	1.969
Ceará	9	8	9	26.755	26.997	27.511	76.575	77.756	82.129	881	971	1.083
Maranhão	8	9	9	19.632	19.327	19.819	66.585	68.572	71.594	650	728	724
Paraíba	8	9	7	10.147	10.486	10.488	32.444	33.012	34.958	442	493	561
Pernambuco	11	15	16	32.633	32.990	33.634	100.500	102.747	109.073	1.453	1.540	1.618
Piauí	5	5	5	6.897	7.012	7.420	29.806	30.070	31.024	275	284	308
Rio Grande do Norte	3	3	3	11.255	10.752	11.092	33.415	34.655	36.217	401	455	485
Sergipe	3	3	6	9.247	9.266	10.030	28.149	29.093	30.477	444	446	476
Região Centro-Oeste	28	34	42	87.239	85.837	87.564	234.594	244.289	255.899	3.899	4.201	4.723
Distrito Federal	8	11	18	35.535	35.900	35.900	93.983	96.571	100.572	1.509	1.657	1.880
Goiás	12	13	13	32.404	31.162	31.461	87.387	92.045	97.335	1.420	1.491	1.702
Mato Grosso	4	6	7	11.422	11.115	12.288	27.519	29.089	30.201	557	602	636
Mato Grosso do Sul	4	4	4	7.878	7.660	7.915	25.705	26.584	27.791	413	451	505
Região Sudeste	123	128	137	358.972	349.064	358.800	1.008.447	1.044.153	1.101.529	18.423	21.716	21.689
Espírito Santo	3	3	3	16.836	16.014	16.712	45.634	47.452	49.161	705	763	807
Minas Gerais	28	31	33	55.816	56.957	59.329	222.541	227.330	236.621	1.477	2.695	2.712
Rio de Janeiro	34	34	35	80.369	79.821	81.168	243.503	251.580	268.717	4.431	4.899	5.176
São Paulo	58	60	66	205.951	196.272	201.591	496.769	517.791	547.030	11.810	13.359	12.994
Região Sul	48	53	57	104.473	102.739	107.365	303.096	313.383	330.329	5.499	5.832	6.053
Paraná	12	15	16	36.982	35.873	37.648	118.566	122.577	127.289	1.322	1.373	1.422
Rio Grande do Sul	23	25	26	36.288	36.010	35.548	114.087	116.673	125.186	2.284	2.458	2.507
Santa Catarina	13	13	15	31.203	30.856	34.169	70.443	74.133	77.854	1.893	2.001	2.124

Fonte: Abcfav - Associação Brasileira de Cursos e Aperfeiçoamento de Vigilantes; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Dados de 2022 são referentes ao mês de maio. Dados de 2023 são referentes ao mês de março. Dados de 2024 se referem ao mês de maio.

(2) Vigilantes que estão com o curso vigente, estando ou não trabalhando.

TABELA 72**Vínculos ativos***Brasil, Regiões e Unidades da Federação - 2021-2024 ⁽¹⁾*

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	Vínculos			
	2021	2022	2023	2024
Brasil	526.108	495.989	485.073	530.194
Região Norte	35.187	34.730	37.026	40.465
Acre	1.739	1.814	2.320	2.611
Amapá	1.690	1.648	1.594	1.860
Amazonas	8.582	8.405	8.477	9.436
Pará	15.286	14.870	15.587	16.749
Rondônia	5.089	4.946	5.894	6.212
Roraima	1.017	1.061	898	1.049
Tocantins	1.784	1.986	2.256	2.548
Região Nordeste	104.164	104.103	103.403	110.509
Alagoas	5.115	5.238	5.034	5.266
Bahia	28.813	27.488	27.826	27.845
Ceará	17.181	17.706	17.086	18.654
Maranhão	9.551	9.275	10.062	10.183
Paraíba	6.108	6.617	6.610	7.604
Pernambuco	20.505	20.763	20.195	22.799
Piauí	4.265	4.360	4.352	4.750
Rio Grande do Norte	6.906	6.943	6.717	7.414
Sergipe	5.720	5.713	5.521	5.994
Região Centro-Oeste	52.080	51.378	49.684	55.661
Distrito Federal	23.547	24.187	24.219	22.331
Goiás	15.817	15.133	13.805	20.316
Mato Grosso	7.714	7.460	7.092	7.949
Mato Grosso do Sul	5.002	4.598	4.568	5.065
Região Sudeste	256.025	235.145	224.521	246.184
Espírito Santo	11.684	10.839	10.676	11.555
Minas Gerais	34.752	32.520	32.228	34.992
Rio de Janeiro	51.159	48.126	45.565	49.820
São Paulo	158.430	143.660	136.052	149.817
Região Sul	78.652	70.633	70.439	77.375
Paraná	25.761	24.245	24.662	26.322
Rio Grande do Sul	31.954	25.588	24.825	27.325
Santa Catarina	20.937	20.800	20.952	23.728

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Para os anos de 2021 e 2022, os dados correspondem ao mês de março de cada ano. Para 2023, os dados se referem ao mês de junho. Para 2024, a posição dos dados é o mês de maio.

TABELA 73

Evolução dos vínculos ativos, por tipo de empresa

Brasil - 2016-2022 ⁽¹⁾

Tipo de empresa	Vínculos ativos									
	2015 ⁽²⁾	2016 ⁽²⁾	2017 ⁽²⁾	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Total	631.028	591.177	584.506	604.746	565.163	545.477	526.108	495.989	485.073	530.914
Especializadas	579.003	540.738	520.179	502.318	471.116	464.060	505.862
Orgânicas	25.743	24.425	25.298	23.790	24.873	21.013	24.332

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação indisponível.

(1) Para os anos de 2016 a 2022, os dados correspondem ao mês de março de cada ano. A posição dos dados para 2023 se refere ao mês de junho. Para 2024, a posição dos dados é o mês de maio.

(2) Dados de 2015 a 2017 não possuem desagregação por tipo de empresa.

TABELA 74

Quantidade de estabelecimentos, por tipo

Brasil - 2015-2023 ⁽¹⁾

Tipo de empresa	Quantidade de estabelecimentos									
	2015 ⁽²⁾	2016 ⁽²⁾	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Total	2.553	2.561	4.801	4.753	4.681	4.618	3.625	4.694	4.804	4.978
Especializadas	2.627	2.694	2.664	2.680	2.471	2.840	2.963	3.089
Orgânicas	2.174	2.059	2.017	1.938	1.154	1.854	1.841	1.889

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Os dados de 2022 são referentes ao mês de abril; os dados de 2023 são referentes ao mês de junho. Para 2024, a posição dos dados é o mês de maio.

(2) Dados de 2015 e 2016 não possuem desagregação por tipo de empresa.

TABELA 75

Empresas ativas, por tipo
Brasil, Regiões e Unidades da Federação - 2022-2024 ⁽¹⁾

Brasil, Regiões e UFs	Empresas especializadas ativas											
	Vigilância patrimonial			Transporte de valores			Escolta armada			Segurança pessoal		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024
Brasil	2.760	2.890	2.481	411	422	132	1.092	1.107	847	1.080	1.131	903
Região Norte	244	261	232	67	67	26	88	95	88	68	80	71
Acre	12	14	12	5	5	4	5	5	4	3	3	2
Amapá	18	18	22	2	2	2	6	6	7	3	5	6
Amazonas	61	66	50	25	25	5	22	25	23	16	17	15
Pará	86	96	80	19	19	6	38	42	36	30	32	25
Rondônia	27	26	24	8	8	4	11	11	10	8	11	10
Roraima	10	12	15	2	2	2	1	1	2	-	3	4
Tocantins	30	29	29	6	6	3	5	5	6	8	9	9
Região Nordeste	580	596	538	111	112	49	221	225	182	195	196	179
Alagoas	28	27	25	5	5	4	13	12	12	10	9	10
Bahia	153	153	128	26	26	5	68	69	52	49	54	43
Ceará	82	86	81	11	11	5	28	29	25	37	36	31
Maranhão	68	70	67	11	12	5	24	25	20	26	23	20
Paraíba	50	52	47	15	16	7	21	23	16	14	14	11
Pernambuco	88	97	91	18	18	7	36	35	26	25	25	27
Piauí	36	38	31	11	10	4	6	8	7	7	8	8
Rio Grande do Norte	45	43	39	8	8	7	14	14	13	18	17	17
Sergipe	30	30	29	6	6	5	11	10	11	9	10	12
Região Centro-Oeste	313	332	318	38	42	18	111	116	96	113	122	110
Distrito Federal	73	77	78	5	5	5	24	23	23	39	42	44
Goiás	127	130	128	9	9	4	44	41	39	38	42	41
Mato Grosso	66	76	68	16	19	5	29	36	25	25	27	18
Mato Grosso do Sul	47	49	44	8	9	4	14	16	9	11	11	7
Região Sudeste	1.099	1.157	973	132	139	26	457	454	333	513	529	411
Espírito Santo	58	55	47	8	9	4	28	27	23	22	30	23
Minas Gerais	181	193	148	41	44	5	79	76	52	81	81	59
Rio de Janeiro	218	226	209	19	23	8	96	94	79	109	107	101
São Paulo	642	683	569	64	63	9	254	257	179	301	311	228
Região Sul	524	544	420	63	62	13	215	217	148	191	204	132
Paraná	244	259	201	23	23	5	108	111	71	101	109	69
Rio Grande do Sul	124	125	99	22	22	4	54	51	40	40	40	32
Santa Catarina	156	160	120	18	17	4	53	55	37	50	55	31

Continua

Brasil, Regiões e UFs	Empresas orgânicas ativas					
	Vigilância patrimonial			Transporte de valores		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024
Brasil	2.418	2.448	1.160	23	26	10
Região Norte	167	177	87	-	-	-
Acre	18	20	4	-	-	-
Amapá	5	5	2	-	-	-
Amazonas	28	30	27	-	-	-
Pará	66	68	36	-	-	-
Rondônia	36	38	10	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	-
Tocantins	14	16	8	-	-	-
Região Nordeste	684	685	296	1	-	-
Alagoas	52	57	50	-	-	-
Bahia	49	49	29	1	-	-
Ceará	124	121	46	-	-	-
Maranhão	33	39	17	-	-	-
Paraíba	27	28	24	-	-	-
Pernambuco	248	222	79	-	-	-
Piauí	99	116	25	-	-	-
Rio Grande do Norte	35	36	18	-	-	-
Sergipe	17	17	8	-	-	-
Região Centro-Oeste	176	194	110	-	-	-
Distrito Federal	19	23	23	-	-	-
Goiás	93	98	58	-	-	-
Mato Grosso	25	31	17	-	-	-
Mato Grosso do Sul	39	42	12	-	-	-
Região Sudeste	1.013	1.012	506	20	24	8
Espírito Santo	19	21	14	-	1	1
Minas Gerais	210	212	78	5	4	1
Rio de Janeiro	92	101	54	7	11	2
São Paulo	692	678	360	8	8	4
Região Sul	378	380	161	2	2	2
Paraná	170	173	60	-	-	1
Rio Grande do Sul	77	74	49	-	-	-
Santa Catarina	131	133	52	2	2	1

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Dados de 2022 são referentes ao mês de abril. Dados de 2023 são referentes ao mês de junho. Dados de 2024 se referem ao mês de maio.

TABELA 76

Compras de armas e munições novas por empresas de segurança privada, publicadas no Diário Oficial da União
Brasil e Regiões - 2018-2023

Brasil e Regiões	Compras											
	Armas Letais						Armas não letais					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023 ⁽¹⁾	2018	2019	2020	2021	2022	2023 ⁽¹⁾
Brasil	13.415	8.884	12.497	6.597	4.745	5.377	21.661	5.223	1.609	1.859	1.443	1.031
Norte	933	675	918	1.008	545	1.013	363	169	43	166	109	113
Nordeste	4.746	2.457	1.444	1.366	971	787	2.933	500	214	130	49	153
Centro-Oeste	1.312	995	3.902	961	919	676	11.872	1.849	735	424	480	61
Sudeste	4.299	3.011	4.445	2.222	1.141	2.269	3.575	2.231	595	1.055	773	600
Sul	2.125	1.746	1.788	1.040	1.169	632	2.918	474	22	84	32	104

Brasil e Regiões	Compras											
	Munição						Munição não letal					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023 ⁽¹⁾	2018	2019	2020	2021	2022	2023 ⁽¹⁾
Brasil	11.106.380	11.050.237	17.715.958	46.970.177	31.554.024	24.422.314	17.687	10.732	2.630	10.022	17.808	16.012
Norte	1.281.406	1.722.151	1.367.442	3.631.257	2.533.535	2.122.431	2.213	1.764	-	2.051	6.724	6.844
Nordeste	2.648.622	2.665.729	3.208.351	8.100.984	6.473.224	4.611.543	1.677	3.450	800	251	60	818
Centro-Oeste	2.275.990	2.170.189	3.510.218	5.582.429	3.806.558	2.524.906	1.355	1.076	700	2.400	1.800	1.641
Sudeste	2.908.376	2.654.095	6.841.289	23.482.624	14.143.739	11.247.792	3.742	1.425	60	4.270	9.164	6.709
Sul	1.991.986	1.838.073	2.788.658	6.172.883	4.596.968	3.915.642	8.700	3.017	1.070	1.050	60	-

Fonte: Diário Oficial da União - Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Atualização das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023.

TABELA 77

Transferências de armas munições entre empresas de segurança privada, publicadas no Diário Oficial da União
Brasil e Regiões - 2018-2023

Brasil e Regiões	Transferências entre empresas											
	Armas Letais						Armas não letais					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023 ⁽¹⁾	2018	2019	2020	2021	2022	2023 ⁽¹⁾
Brasil	9.204	9.192	8.587	12.492	6.909	9.212	3	24	58	2	1	6
Norte	1.007	763	730	1.336	969	1.003	-	-	-	-	-	-
Nordeste	2.299	1.170	1.180	2.904	1.905	1.709	-	-	1	2	-	-
Centro-Oeste	332	523	578	1.077	745	654	-	6	24	-	1	2
Sudeste	4.134	6.027	5.180	6.268	2.231	3.468	3	18	30	-	-	4
Sul	1.432	709	919	907	1.059	2.378	-	-	3	-	-	-

Brasil e Regiões	Transferências entre empresas											
	Munição						Munição não letal					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023 ⁽¹⁾	2018	2019	2020	2021	2022	2023 ⁽¹⁾
Brasil	142.288	141.505	324.271	193.547	46.523	69.225	-	-	400	-	-	-
Norte	10.130	8.425	60.315	47.492	4.973	3.172	-	-	-	-	-	-
Nordeste	7.649	18.110	3.995	14.214	9.089	17.854	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	17.127	9.983	18.781	4.570	3.162	2.195	-	-	200	-	-	-
Sudeste	94.599	56.278	234.264	68.184	22.175	26.886	-	-	200	-	-	-
Sul	12.783	48.709	6.916	59.087	7.124	19.118	-	-	-	-	-	-

Fonte: Diário Oficial da União - Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Atualização das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023.

TABELA 78

Veículos registrados pelas empresas de segurança privada, por tipo de veículo
Brasil - 2022-2024 ⁽¹⁾

Tipo	Veículos			
	2021	2022	2023	2024
Carros fortes	4.598	4.574	4.549	4.236
Escolta Armada	3.517	3.543	3.569	3.873
Carro Leve de Transporte de Valores	1.001	980	959	892
Outros	6.888	6.927	6.965	7.372
Total	16.004	16.023	16.042	16.373

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Dados de 2023 são referentes ao mês de maio.

TABELA 79

Óbitos decorrentes de acidentes do trabalho, atividades selecionadas
Brasil - 2019-2022

Atividade	Óbitos			
	2019	2020	2021	2022
Vigilância e Segurança Privada	20	36	30	38
Transporte de valores	6	4	5	6
Total	26	40	35	44

Fonte: Anuário Estatístico de Acidente de Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

TABELA 80

Auxílios recebidos

Brasil, Regiões e Unidades da Federação - 2019-2023 ⁽¹⁾

Brasil, Regiões e UFs	Auxílio Doença Previdenciário									
	Quantidade de benefícios recebidos					Valor do benefício				
	2019	2020	2021	2022	2023	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	7.898	3.383	6.718	5.218	4.624	15.200.189	6.320.162	13.337.685	11.356.073	10.640.707
Região Norte	356	122	283	207	131	630.746	209.272	515.679	423.930	278.964
Acre	11	5	16	10	7	19.498	8.736	26.600	20.974	16.336
Amapá	11	7	15	9	6	20.858	13.808	29.563	19.648	15.358
Amazonas	141	44	78	38	31	250.191	75.624	146.959	80.606	71.994
Pará	108	40	94	98	61	197.710	71.410	171.988	205.477	126.779
Rondônia	53	13	42	20	12	90.030	19.141	78.089	37.004	22.709
Roraima	9	7	20	15	10	13.130	10.465	29.157	23.587	15.858
Tocantins	23	6	18	17	4	39.328	10.086	33.323	36.635	9.930
Região Nordeste	966	422	791	589	434	1.499.251	632.761	1.251.852	1.053.091	795.319
Alagoas	27	13	24	15	15	42.032	18.256	37.494	24.916	25.781
Bahia	279	138	249	184	143	431.677	206.758	384.255	318.908	258.893
Ceará	110	60	107	69	39	181.607	95.475	169.465	131.941	77.453
Maranhão	108	37	55	42	31	170.450	58.463	93.583	75.705	65.268
Paraíba	68	28	47	37	42	96.009	36.201	66.508	56.527	68.393
Pernambuco	148	50	163	114	82	227.903	74.559	259.469	202.828	145.825
Piauí	39	17	26	20	9	65.980	27.570	43.187	37.922	17.333
Rio Grande do Norte	80	43	76	80	56	129.510	64.341	129.219	156.471	107.259
Sergipe	107	36	44	28	17	154.084	51.139	68.672	47.873	29.114
Região Centro-Oeste	1.026	448	845	671	560	2.072.409	941.167	1.830.435	1.588.051	1.421.264
Distrito Federal	393	251	441	354	286	1.016.174	614.228	1.138.645	991.555	867.711
Goiás	402	133	279	211	206	688.381	225.216	488.617	404.353	421.576
Mato Grosso	139	33	70	65	32	227.074	53.108	114.484	115.254	60.210
Mato Grosso do Sul	92	31	55	41	36	140.780	48.615	88.689	76.890	71.767
Região Sudeste	4.007	1.723	3.409	2.686	2.478	8.109.151	3.367.830	7.090.744	6.080.300	5.939.920
Espírito Santo	149	70	128	71	60	284.195	118.820	242.519	143.827	122.043
Minas Gerais	540	238	546	481	430	1.057.749	461.234	1.063.759	1.034.800	980.998
Rio de Janeiro	984	318	713	573	540	1.873.230	579.380	1.402.742	1.265.826	1.266.330
São Paulo	2.334	1.097	2.022	1.561	1.448	4.893.977	2.208.396	4.381.725	3.635.846	3.570.549
Região Sul	1.543	668	1.390	1.065	1.021	2.888.632	1.169.132	2.648.975	2.210.701	2.205.240
Paraná	371	153	383	274	242	749.732	294.822	791.046	610.354	570.540
Rio Grande do Sul	641	307	590	497	440	1.191.181	519.505	1.085.432	1.008.177	932.813
Santa Catarina	531	208	417	294	339	947.719	354.805	772.497	592.170	701.887

Continua

Brasil, Regiões e UFs	Auxílio Doença por Acidente de Trabalho									
	Quantidade de benefícios recebidos					Valor do benefício				
	2019	2020	2021	2022	2023	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	346	156	294	253	262	692.954	294.634	604.118	573.941	605.977
Região Norte	29	7	19	10	13	55.308	10.463	36.155	21.112	26.976
Acre	2	2	2	1	2	2.791	2.141	4.698	1.347	4.130
Amapá	1	-	1	-	-	2.360	-	2.594	-	-
Amazonas	4	2	3	1	4	7.886	3.430	5.198	3.786	10.822
Pará	11	2	8	4	3	18.899	3.538	16.159	8.671	5.505
Rondônia	5	-	4	2	-	10.346	-	5.733	3.877	-
Roraima	2	1	1	2	4	3.245	1.353	1.773	3.431	6.519
Tocantins	4	-	-	-	-	9.779	-	-	-	-
Região Nordeste	53	27	46	34	36	85.894	40.367	80.819	64.865	71.745
Alagoas	2	4	1	-	-	3.184	4.251	1.735	-	-
Bahia	9	9	12	7	8	13.010	14.390	18.756	12.280	15.349
Ceará	8	1	12	7	4	13.052	1.787	21.149	14.194	6.662
Maranhão	5	2	5	2	2	8.606	2.673	11.092	3.854	4.703
Paraíba	2	2	4	2	3	2.602	2.995	5.563	2.756	6.132
Pernambuco	11	1	7	5	10	18.014	2.680	14.390	10.519	20.989
Piauí	5	2	1	-	2	9.622	3.052	2.098	-	4.319
Rio Grande do Norte	7	2	2	9	5	12.263	2.743	3.072	17.867	9.470
Sergipe	4	4	2	2	2	5.542	5.795	2.965	3.395	4.121
Região Centro-Oeste	39	12	29	26	13	95.751	25.233	69.432	66.500	30.075
Distrito Federal	18	10	16	14	7	61.635	22.368	48.206	45.283	18.364
Goiás	13	-	7	7	3	20.673	-	10.953	12.445	5.840
Mato Grosso	6	1	2	3	2	9.558	1.585	3.849	5.302	4.187
Mato Grosso do Sul	2	1	4	2	1	3.885	1.279	6.424	3.470	1.684
Região Sudeste	166	79	157	129	146	347.247	162.062	335.054	309.025	361.435
Espírito Santo	1	-	5	1	1	1.294	-	9.874	2.236	1.538
Minas Gerais	21	12	30	24	28	40.458	23.383	59.767	53.928	58.795
Rio de Janeiro	36	14	35	32	25	71.348	24.156	72.167	76.837	69.261
São Paulo	108	53	87	72	92	234.147	114.523	193.246	176.024	231.841
Região Sul	59	31	43	54	54	108.754	56.509	82.658	112.439	115.744
Paraná	17	8	11	14	11	34.323	16.541	23.888	30.228	22.987
Rio Grande do Sul	23	13	17	20	24	41.797	22.708	33.794	39.784	54.841
Santa Catarina	19	10	15	20	19	32.634	17.261	24.977	42.427	37.916

Fonte: Síntese/Dataprev; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Inclui as atividades de vigilância, segurança privada e transporte de valores. Não inclui pensões alimentícias, desdobramento de pensões por morte nem benefício de prestação única.

Novas perspectivas para o setor da segurança privada

Após estagnação, o setor volta a retomar os postos de trabalho perdidos na última década

Um pequeno passo, um respiro, um alívio momentâneo. A segurança privada brasileira voltou a registrar números positivos de geração de empregos. Após quase uma década registrando números negativos, o setor começa a recuperar o fôlego. Mais uma vez fica comprovado que se a economia cresce o setor da segurança privada cresce. Com um peso significativo no PIB, da ordem de 70%, o setor de serviços foi o que mais registrou crescimento, sendo responsável por 2,4 pontos percentuais do crescimento total do PIB no ano.

Com um crescimento de 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2023, o Brasil volta a figurar entre as maiores economias do mundo. Em 9º lugar atualmente, projeções indicam que o país pode chegar ao 8º lugar em breve. Os números do primeiro trimestre deste ano indicam que o setor de serviços segue positivamente, com crescimento de 1,4% no primeiro trimestre.

Diante desse cenário, pela primeira vez desde 2018 a segurança privada voltou a contratar mais do que demitir nos últimos doze meses. Em maio deste ano, segundo dados da Polícia Federal, órgão que regulamenta e fiscaliza a atividade, 530.194 vigilantes atuavam regularmente, um aumento de 9,3% em relação ao registrado em 2023. Desse total, 505.862 atuam nas empresas privadas. Os outros 24.332 estão empregados em empresas orgânicas.

É importante destacar, no entanto, que mesmo com o crescimento registrado nos últimos 12 meses, o número de postos de trabalho é bem menor do que o registrado em 2015. Naquele ano, 631.028 estavam empregados. A partir daí, com exceção de 2018, até então, todos os anos que se seguiram registraram queda no número de vagas.

Ainda de acordo com os dados da PF, 4.978 empresas estão autorizadas a funcionar no país, crescimento de 3,6% em relação a 2023. São 3.089 empresas privadas e 1.889 or-

Jeferson Nazário
Presidente da Fenavist.

É importante destacar, no entanto, que mesmo com o crescimento registrado nos últimos 12 meses, o número de postos de trabalho é bem menor do que o registrado em 2015.

gânicas, ou seja, companhias que não têm a segurança privada como atividade principal, mas se submetem às regras da Polícia Federal para gerirem a sua própria segurança.

Assim como ocorreu em 2023, houve um aumento no número de escolas de formação de acordo com a Associação Brasileira de Cursos e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV). No início de maio deste ano, 356 estabelecimentos estão autorizados pela PF, contra 328 no ano passado. Um crescimento de 8,5%.

Alta, também, na quantidade de profissionais aptos a trabalharem como vigilantes. Setecentos e noventa e nove mil (799.117) pessoas estão com o curso atualizado, 3% a mais que no ano passado. Além disso, 2.516.674 estão com o curso vencido. São números que mostram o potencial do mercado.

Quando se analisa o perfil dos profissionais em atividade, dados do Ministério do Trabalho e Emprego apontam que 87% são do sexo masculino e 13% feminino. Praticamente 68% têm entre 30 e 49 anos. Os vigilantes com mais de 50 anos somam 21%, proporção que é 1,2 ponto percentual maior que a do ano anterior. Crescimento semelhante (diferença de 1,4 ponto percentual) teve a porcentagem de profissionais com ensino médio completo, que representam 77,4%. Outros 3% possuem curso superior completo. Demonstração clara da evolução da atividade que emprega trabalhadores com grau de escolaridade acima do exigido por lei.

TECNOLOGIA INCENTIVA MUDANÇAS

Os dados mais recentes da Polícia Federal também apontam para a influência cada vez maior de novas tecnologias no mercado. Desde 2021, o número de carros-fortes caiu cerca de 7,9%. Eram 4.598 três anos atrás. Agora, somam 4.236. No mesmo período, a quantidade de veículos leves utilizados na atividade de transporte de valores caiu 11%, passou de 1.001 para 892. Estatísticas que mostram uma tendência de mudança nos serviços prestados pelas transportadoras de valores.

A evolução acompanha a mudança da forma como os pagamentos são feitos, por exemplo. Se até há pouco tempo a utilização do papel moeda imperava, o surgimento de novas tecnologias criou novas formas de transações eletrônicas.

Estudo da Associação Brasileira de Transporte de Valores (ABTV) aponta que, em 2023, o dinheiro em espécie só aparecia entre as três principais formas de pagamento em aplicativos de transporte com 17% de participação. Em lojas físicas e *online*,

A evolução acompanha a mudança da forma como os pagamentos são feitos, por exemplo. Se até há pouco tempo a utilização do papel moeda imperava, o surgimento de novas tecnologias criou novas formas de transações eletrônicas.

além de aplicativos de refeição, a predominância é de cartões (crédito e débito) e do que parece ser o novo queridinho da população, o Pix.

Ainda de acordo com o levantamento da ABTV, em 10 anos, o valor pago em compras em papel moeda caiu, praticamente, pela metade. Passou de R\$ 2,614 trilhões para 1,368 trilhão.

Essa evolução é confirmada por estatísticas do Banco Central analisadas pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban). No ano passado, foram quase 42 bilhões de transações via Pix, alta de 75% em relação a 2022. As transações do Pix superaram as de cartão de crédito, débito, boleto, TED, DOC, cheques e TEC no Brasil, que, juntas, somaram quase 39,4 bilhões.

Diante deste cenário, as empresas de transporte de valores têm buscado diversificar os serviços oferecidos, sempre incorporando novas tecnologias. Caso, por exemplo, dos cofres inteligentes, que diminuem a quantidade de vezes na semana que a transportadora precisa recolher o numerário do cliente, além da execução de todo serviço de tesouraria.

Mas não são só as empresas de transporte de valores que têm investido em tecnologia. A segurança privada é uma atividade de vanguarda no quesito inovação. A inteligência artificial já é uma realidade e tem as suas funcionalidades aplicadas não apenas na questão da proteção, mas também no gerenciamento das companhias.

É o caso da escolta armada, que busca o que há de mais moderno para evitar prejuízos que, segundo estimativas, podem chegar a R\$ 2 bilhões de reais por ano. A importância desse serviço com a retomada econômica fica evidenciada com o crescimento do número de veículos empregados na atividade. Em 2021, eram 3.517. Em maio desse ano, 3.873, alta de 10%.

A inteligência artificial já é uma realidade e tem as suas funcionalidades aplicadas não apenas na questão da proteção, mas também no gerenciamento das companhias.

POTENCIAL DESPERDIÇADO

Apesar do primeiro passo para frente após vários anos, o potencial da segurança privada brasileira em geração de empregos e todos os benefícios que isso traz ao país ainda são muito deficitários. Diferentemente da nossa economia de forma geral que, como comprovado, voltou a figurar entre as dez maiores do mundo, em números, a nossa segurança privada não alcançou ainda o mesmo patamar.

Muito disso é culpa do chamado custo Brasil e de decisões políticas que não fazem nenhum sentido prático. Uma das grandes incoerências é o fato de a atividade não estar entre os setores beneficiados pela desoneração da folha de pagamento. Um benefício

que faz muita diferença para segmentos em que os serviços oferecidos dependem predominantemente de mão de obra.

Antes de mais nada, quero deixar claro que não questionamos a legitimidade da medida. Em um país em que a carga tributária é uma das mais altas do mundo, redução de imposto é fundamental para tornar nossas empresas competitivas. Os 17 setores da nossa economia beneficiados, que supostamente mais empregam no Brasil, em vez de pagarem 20% sobre a folha de cada funcionário, pagam de 1% a 4,5% da receita bruta da empresa. Notadamente uma grande diferença. O que nos chama a atenção e causa estranheza é o fato da segurança privada, que emprega cerca de 500 mil pessoas diretamente, não ser contemplada.

A premissa da desoneração, em vigor desde 2012, é a de preservar empregos e gerar novas vagas de trabalho. Nosso segmento, assim como outros em que a mão de obra é o principal ativo, não está entre os beneficiados. Na última década, a segurança privada perdeu cerca de 200 mil postos de trabalho. Ou seja, se tivesse a sua importância reconhecida, poderia ter evitado grande parte dessas demissões.

Outra questão importante se refere aos critérios utilizados para definir quem deve ser beneficiado. Não parece haver isonomia quando a segurança privada e outros setores de mão de obra não fizeram parte da lista. O próprio governo, que tem travado uma “guerra” com os setores beneficiados e o Congresso Nacional, questiona a regra.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado em setembro do ano passado, aponta que “os desonerados cortaram vagas de trabalho formais entre 2012 e 2022 e não figuram entre os que mais empregam”.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado em setembro do ano passado, aponta que “os desonerados cortaram vagas de trabalho formais entre 2012 e 2022 e não figuram entre os que mais empregam”.

Volto a dizer, a segurança privada não é contrária à desoneração. Pelo contrário, defendemos qualquer medida que reduza a gigantesca carga tributária do país. O que pedimos é isonomia e que a desoneração seja estendida, de fato, aos setores que mais empregam e que mais utilizam mão de obra, caso do setor da segurança privada.

ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA

Outra importante questão que tem se arrastado há mais de uma década e trava o crescimento e a geração de novos postos de trabalho é a aprovação do Estatuto da Segurança Privada. A Lei 7.102/83, que rege a segurança privada no Brasil, está em vigor há

mais de 40 anos e não acompanhou a modernidade do setor e, portanto, encontra-se totalmente defasada.

A Polícia Federal, como órgão fiscalizador, também se ressentido de uma lei mais moderna e atual, como meio para coibir e criminalizar com maior rigor a clandestinidade, principal “câncer” da atividade. Estima-se que o número de companhias clandestinas que atuam no setor seja quase o dobro das legalizadas, causando a chamada concorrência predatória.

Calcula-se que os serviços clandestinos movimentem mais de R\$ 60 bilhões por ano, valor que escapa também ao recolhimento de tributos. Em quase todos os casos, há ainda violação flagrante dos direitos trabalhistas por meio de postos informais de trabalho, com pessoas totalmente despreparadas e sem formação para exercer a função de vigilante.

Como essas empresas não são fiscalizadas pela PF, os equipamentos utilizados nesse tipo de segurança podem ser oriundos de outras atividades ilegais, como armas e munições de origem irregular ou contrabandeadas.

As empresas também são obrigadas a proteger instituições financeiras, patrimônios e pessoas, com uma regulação que não condiz com a realidade atual e a modernidade no uso de novas tecnologias aplicadas na segurança privada. Um exemplo claro é a falta de total regulamentação da segurança eletrônica no país, o que permite que empresas ilegais explorem este mercado sem qualquer controle.

No aguardo da votação final pelo Senado Federal desde 2016, a nova lei para o setor da segurança privada no país é fundamental e urgente para o crescimento e desenvolvimento deste setor tão importante para a sociedade como um todo. Uma nova legislação, moderna e atual, que venha a dar sustentabilidade para o setor da segurança privada no sentido de superar a criminalidade que avança, inclusive com armamentos pesados e inovações tecnológicas, contra instituições financeiras, empresas de segurança privada e contra cidadãos brasileiros.

No aguardo da votação final pelo Senado Federal desde 2016, a nova lei para o setor da segurança privada no país é fundamental e urgente para o crescimento e desenvolvimento deste setor tão importante para a sociedade como um todo.